

IMPASSE EM ARACRUZ

# Índios exigem indenização de R\$ 15 milhões da Vale

Comunidades indígenas pedem compensação pelo fato de ferrovia passar por aldeias de Comboios e Córrego do Ouro

Wilton Junior  
ARACRUZ

Uma reunião será realizada hoje, às 9 horas, na sede do Ministério Público Federal (MPF-ES), em Linhares, no Norte do Estado, para resolver um impasse envolvendo as comunidades indígenas de Aracruz, que reivindicam uma indenização milionária da mineradora Vale.

Uma ferrovia da empresa, de 2,8 km de extensão, corta as aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, por onde são transportadas madeira, celulose e bobinas de aço.

As comunidades indígenas querem receber cerca de R\$ 15 milhões como indenização a título de compensação pelo uso da estrada de ferro há mais de 30 anos. A mediação entre as partes é feita pelo Ministério Público Federal e pela Fundação Nacional do Índio.

Na última reunião, no início do mês, a Vale ofereceu R\$ 3,8 milhões, valor bem abaixo da proposta inicial, já reduzida pela comunidade indígena, que era de R\$ 19 milhões – verba calculada com base na agricultura desenvolvida nas duas aldeias.

O valor foi acordado, inicialmente, numa reunião entre os índios, a Vale, o MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O chefe da coordenação técnica da Funai, com sede na aldeia de Caieiras Velha, Vilson Benedito de Oliveira, informou que as negocia-



SEM ACORDO com a mineradora, os índios ocuparam a linha férrea por um período de dez dias no mês passado

ções sobre o pagamento de indenização pelo uso das terras indígenas começaram há três anos.

“Os caciques dizem que o valor será utilizado para a manutenção e recuperação dos plantios tradicionais indígenas, como de abacaxi e mandioca”, explicou.

Como não houve acordo, no mês passado os índios ocuparam a linha férrea por um período de 10 dias, como forma de protesto. A manifestação reuniu cerca de 600 índios das duas aldeias.

“O papel do MPF está sendo o de manter o diálogo entre as partes. Houve um novo acordo para uma possível negociação e amanhã (hoje) estaremos novamente reunidos, de forma a atender os interesses da comunidade indígena e da mineradora”, disse o procurador federal Almir Sanches.

## Ferrovia em área privada

A Vale informou, em nota, que o ramal ferroviário de Barra do Riacho, em Aracruz, foi instalado na década de 1980, sendo construído originalmente em áreas privadas.

Em 2010, quando foi homologada a ampliação da Terra Indígena (TI) Comboios, um trecho de 2,87 km de sua extensão passou a fazer parte da TI, segundo a nota da empresa.

“Além de observar as obrigações legais cabíveis, a Vale sempre buscou dialogar e estabelecer canais de comunicação e relacionamento com o povo tupiniquim da região, de acordo com a sua política de sustentabilidade. Entre as diferentes ações acordadas entre a empresa e a Associação Indígena es-

tão a aquisição de barcos, construção e equipamentos de uma sala de informática, visita de intercâmbio cultural e apoio a festividades”.

A Vale afirma ainda que a ocupação do ramal decorreu de decisão unilateral das comunidades indígenas, a fim de forçar a empresa a aumentar o valor de compensação previsto no programa socioambiental da ferrovia.

“Isso fez com que a Vale buscasse a reintegração judicial de seus bens, o que, após confirmação da ordem de reintegração pela Justiça Federal de Linhares, levou à liberação do ramal ferroviário, de forma voluntária, pelos integrantes do povo indígena tupiniquim no dia 31 de março”, diz a nota.

DIVULGAÇÃO